

Aprovada na Grã-bretanha a polémica lei de educação de Tony Blair

A polémica lei de reforma educativa do governo trabalhista, que abrirá as portas do ensino público à gestão privada, foi recentemente aprovada por ampla maioria na Câmara Baixa do Parlamento, graças ao voto do Partido Conservador. Este controverso projecto de lei, um dos pilares do governo de Tony Blair, a par com o reforço das leis antiterroristas e a reforma do sistema de saúde, recebeu 458 votos a favor e 115 contra.

A reforma na educação foi durante vários meses objecto de um intenso debate no interior do Partido Trabalhista, considerado como um dos temas mais sensíveis junto do eleitorado. Os opositores trabalhistas ao projecto de Blair consideram que ele acentuará as desigualdades no sistema educativo, gerando escolas e alunos de primeira e de segunda classe.

Apesar da oposição interna, o líder trabalhista recebeu o apoio do Partido Conservador, a principal força política de oposição na Grã-Bretanha, que declarou desde o princípio que votaria a favor da proposta de Blair.

David Cameron, chefe dos conservadores, afirmou numa sessão de perguntas ao primeiro-ministro que "as escolas com maior liberdade para lidar com orçamentos, salários, pessoal e programas obtêm melhores resultados".

O projecto de lei autoriza as escolas públicas a manterem a sua autonomia em relação às autoridades locais de educação e abre a possibilidade de serem geridas por uma fundação, sob a direcção de um patrocinador privado, que pode ser uma associação, um grupo religioso, uma empresa, uma universidade ou um grupo de pais de alunos. Entre os patrocinadores perfilados à corrida estão a Igreja Anglicana, um milionário muçulmano e os gigantes da Microsoft e da KPMG.

Para Tony Blair, esta reforma, ao inspirar-se nas receitas das escolas privadas e cristãs, irá melhorar o funcionamento do ensino público. Neste sentido, o próprio primeiro-ministro chegou a matricular os filhos numa escola católica em Fulham, Londres.